

**A cultura da universidade privada e seu mal-estar: um estudo interdisciplinar,  
psicanálise, educação e administração\***

**The private university culture in Brazil and its discontents: an interdisciplinary  
study, psychoanalysis, education and business.**

*Rosilene Ribeiro\*\**

*Betty Bernardo Fuks\*\*\**

**Resumo**

Esse artigo visa construir uma interseção entre os campos do saber da educação, da administração e da psicanálise para pensar questões que se apresentam na universidade privada no Brasil. Partindo da observação de que os elementos de uma cultura racional instrumental permeiam as organizações do trabalho no atual estágio do sistema econômico capitalista, observou-se que, quando o professor se aliena do processo de ensino e produção do conhecimento, o trabalho perde seu sentido substantivo. Para corroborar nossas conclusões buscamos demonstrar os efeitos nefastos do discurso capitalista que, em sua tentativa de colocar o capital como valor supremo, tende a banalizar a presença da alteridade e a subsumir a importância da ética das relações em sociedade.

**Palavras-chave:** CULTURA, ORGANIZAÇÃO, UNIVERSIDADE, LAÇOS SOCIAIS, MAL-ESTAR.

**Abstract**

This article builds an intersection among the fields of knowledge in education, management and psychoanalysis in order to approach issues observed at Brazilian private universities. Based on the standpoint that the elements of a rational instrumental culture pervade the work organizations of the current stage of the capitalist economic system, it was observed that when the professor alienates oneself from the teaching process and from the knowledge production, the work loses its substantive meaning. In order to confirm our conclusions, we seek to demonstrate the nefarious effects of the capitalist reasoning which in its attempt to put capital as the supreme value, tends to trivialize the presence of alterity and belittle the importance of ethics on the social relations.

**Keywords:** CULTURE, ORGANIZATION, UNIVERSITY, SOCIAL BONDS, DISCONTENTS.

---

\* Este artigo foi elaborado a partir da Dissertação de Mestrado intitulada “A Cultura da Universidade Privada no Brasil e seu Mal-estar, orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Betty Bernardo Fuks e defendida pela autora em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, Saúde e Sociedade da UVA.

\*\* Mestre do Programa Psicanálise, Saúde e Sociedade, Universidade Veiga de Almeida, RJ.

Endereço: Av. Rio Branco, 1/1201, Rio de Janeiro – RJ

E-mail: [rosileneribeiro.rh@gmail.com](mailto:rosileneribeiro.rh@gmail.com) Telefone:(21) 999698373.

\*\*\* Psicanalista, Professora dos Programas de Pós-graduação em Psicanálise, Saúde e Sociedade e Psicanálise da Universidade Veiga de Almeida. Bolsista de produtividade do CNPq.

## **Introdução**

O mundo organizacional é um sistema complexo, com ameaças e oportunidades, quando se dirige o olhar ao ambiente externo à organização, e com forças a serem potencializadas e fraquezas a serem mitigadas, quando se considera o ambiente interno. Nesse cenário estratégico, as questões políticas e macroeconômicas se traduzem nos desafios de como captar e desenvolver clientes diante das mudanças permanentes de mercado, e de como atrair, treinar, avaliar e aumentar a produtividade, desenvolvendo significado e sentido para o trabalho das pessoas, de modo a gerar valor e entregar resultados. Este é o ambiente empresarial contemporâneo.

A universidade privada no Brasil revela-se cada vez mais um tipo de organização não muito diferente das demais: um negócio regulado pelo Ministério da Educação; orientado para o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo como focos o desenvolvimento de produtos (cursos), a busca de produtividade do professor, a satisfação do cliente (aluno), o crescimento e os resultados financeiros (margem EBTDA: Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization). Este modelo orientado para um melhor posicionamento no mercado competitivo do segmento de educação leva a universidade a prestar atenção no mercado e em investidores, embora se resista muitas vezes a aceitá-los como parceiros do negócio, e a viver conflitos e transformações, avanços e retrocessos.

A atividade-fim da instituição, isto é, aquela realizada pelos professores, parece ter sentidos diferentes para eles e para ela, que alterna as exigências que faz em relação ao trabalho a ser realizado pelo corpo docente. Essa alternância tem como base ora a qualidade da transmissão do conhecimento e o aprendizado, ora o exercício de práticas que melhorem os indicadores (IGC: Índice Geral de Curso) e a produtividade institucional, isto é, maior captação de alunos e maior carga horária na sala de aula para o professor. Essa mensagem paradoxal deixa como consequência uma espécie de desconforto, certo mal-estar na cultura organizacional.

As pesquisas realizadas levaram à hipótese de que o cenário posto acima, referente à universidade privada, cujos matizes se constituem em um problema para a organização, não seja algo estanque, mas relacionado com a cultura organizacional dessa instituição no Brasil. A universidade privada tem como característica, na maioria dos casos, ser de origem familiar e filantrópica, e transformar-se ao longo do tempo em um negócio comercial, de fins lucrativos. Sendo assim, esta hipótese tornou-se a base para o investimento na pesquisa teórica que fundamenta este artigo, de modo a identificar se tal contexto poderia ter características comuns e determinantes da cultura operante nas universidades privadas no Brasil e, conseqüentemente, a responder às perguntas: qual é a cultura da universidade privada no Brasil e qual a sua relação com o trabalho docente na contemporaneidade?

Para responder a essas questões, buscamos triangular as produções literárias de diferentes áreas – psicanálise, educação e administração –, e privilegiar, em cada uma delas, o que encontramos de mais substantivo e particular.

## **Breve História da Educação Superior**

Começamos contextualizando o nascimento da educação superior, remontando há oitocentos anos e indicando que seu berço foi a Idade Média. Dito período, considerado por alguns como a “idade das trevas”, representa, muito embora, para outros, o nascimento da

ciência moderna a partir da criação de grandes instituições estruturantes da sociedade – as belas catedrais, símbolo do poder do papado, a monarquia constitucional, os parlamentos, o tribunal do júri e a universidade, na qual se destacam os mestres medievais, preocupados com o conhecimento empírico, base das ciências humanas e naturais. As universidades inauguram, no Ocidente, uma nova forma de conhecimento (Oliveira, 2007).

No Brasil, as iniciativas relacionadas à educação, de modo semelhante a como se deram na Europa, sofrem a influência de leigos e de eclesiásticos. Tanto o Estado como a Igreja estabeleciam as concepções pedagógicas adotadas nas escolas e universidades. A forte influência dogmática da religião sobre a educação, cuja origem remete à Idade Média, passa para as mãos do Estado, de natureza laica iluminista, de fundamentação empirista. Esta era a concepção da pedagogia-ativa, que constituía uma verdadeira revolução, pois o homem saía do lugar da contemplação para o da ação.

No início do século XX, alguns educadores lançam conceitos educacionais renovadores, humanistas e progressistas. Do ponto de vista político, alguns movimentos populares destacam-se, como o da educação de base e o de Paulo Freire para a educação de adulto, que são encerrados pelo golpe militar de 64, o qual dá início ao modelo tecnicista de base produtivista, fundamentado numa nova concepção pedagógica baseada na “teoria do capital humano” (Saviani, 2006).

As primeiras universidades são criadas no Brasil na década de 30, como centros de saber desinteressados. Desenvolve-se, contudo, precocemente um poderoso sistema de ensino privado no Brasil, paralelo ao setor público (Durhan, 2003). Na década de 70, o sistema público não absorve a demanda e o setor privado oferta cursos de baixo custo e exigências acadêmicas menores. Com isso, no final da década de 80, a educação já se caracteriza como um negócio que busca a lucratividade, orienta-se para o mercado, tendo como suas marcas a falta de liberdade, de qualificação acadêmica e valorização da competência.

Os anos 90 demarcam uma nova realidade: o imperativo da globalização. Observa-se a necessidade da formação dos indivíduos para a empregabilidade e a “transformação produtiva com equidade” – era a expressão utilizada pelos organismos internacionais para a orientação dos países latino-americanos. Há um movimento docente para o resgate de valores acadêmicos no âmbito da universidade, que, legitimado pela LDB de 1996, tem como definições o ensino, a pesquisa, a produção e a presença de um corpo docente qualificado (1/3 do quadro formado por mestres e doutores e 1/3 com regime integral).

A universidade, contudo, não cumpre o seu papel original. O século XXI presencia três tipos de crises nesta instituição, que dão origem a um novo sistema de educação superior: crise de hegemonia, de legitimidade e institucional. Todas elas refletindo em seu âmago contradições e paradoxos (Santos, 2005). Na crise de hegemonia observa-se, por um lado, a produção de alta cultura, do pensamento crítico, de conhecimentos exemplares, humanísticos e científicos e, de outro, a exigência de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais. Isso leva o Estado a buscar alternativas de ensino superior para dar conta de ambas as funções e a universidade como tal perde sua hegemonia para as faculdades, centros universitários e demais instituições que buscam atender as novas exigências no cenário educacional. A segunda crise, de legitimidade, estabeleceu-se também por uma contradição. Por um lado, existem as restrições de acesso à universidade e, por outro, as exigências de democratização e igualdade de oportunidade para as classes populares, levando a que a universidade se segmente, segmentando-a. A terceira, institucional, revelou mais uma contradição entre “a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social” (Santos, 2005, p.6).

A concepção produtivista da educação manteve-se, a despeito de todas as críticas, e tomou novo fôlego com o advento da instalação da política neoliberalista no Brasil,

marcantemente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso. Tal política veio auxiliar no ajuste da educação às demandas do mercado globalizado, e culminou na orientação do Plano Nacional de Educação aprovado em 2001. Essa concepção deveria seguir a estratégia de abertura à exploração comercial, que seria a que teria melhores condições de dar conta das debilidades da universidade pública (Saviani, 2005).

Em face disto, o atual paradigma institucional da universidade tem de ser substituído por um paradigma empresarial a que devem estar sujeitas tanto as universidades públicas como as privadas, e o mercado educacional em que estas intervêm deve ser desenhado globalmente para poder maximizar a sua rentabilidade. O favorecimento dado às universidades privadas decorre de elas se adaptarem muito mais facilmente às novas condições e imperativos (Santos, 2005, p.2).

A mudança de paradigma da universidade, de institucional para empresarial, carrega consigo também a atribuição de outros significados para o significante “conhecimento”. O conhecimento universitário convencional, produzido naturalmente sob o paradigma institucional, com propósito de formação da cidadania, passa a concorrer com o conhecimento pluriversitário: transdisciplinar, contextualizado, interativo, produzido, distribuído e consumido com base nas novas tecnologias de comunicação e de informação (TICs), produto do paradigma empresarial. Estas, por sua vez, alteram as relações entre conhecimento e informação, além de, com o método de ensino a distância, colocar em xeque um dos pilares de sustentação da identidade da universidade, que é a sua territorialidade.

Ao longo do século XX, foi atribuída à universidade uma série de indiscriminadas funções que contribuíram para engendrar uma indefinição em relação ao seu papel. Segundo Santos, o mercado do ensino superior aproveitou-se desse fato e designou também seu produto de universidade, sem ter que assumir todas as suas funções, assumindo seletivamente as que representavam fonte de lucros e dividendos. De toda forma, a universidade, na sua essência, não pode abrir mão de seu papel na formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão: isso é o que efetivamente a caracteriza, é o que a define como tal. Qualquer característica diferente disto estará relacionada a outro tipo de instituição, que se sustenta em outros valores e competências:

Essa mudança manifesta-se pela primazia das metodologias quantitativas, na ênfase de estudos de caráter avaliativo e de diagnósticos informados pela racionalidade econômica, baseados na análise de custo-benefício e, finalmente, na preocupação obsessiva com a medição dos resultados da aprendizagem através da aplicação periódica de testes padronizados. Temas como eficiência, competição, *performance*, *choice* e *accountability* ganharam centralidade na agenda educacional (Santos, 2005, p.61).

Nesta senda, o conhecimento transforma-se de bem público em privado:

A universidade é pressionada para transformar conhecimento e os seus recursos humanos em produtos que devem ser explorados comercialmente. A posição no mercado passa a ser crucial e, nos processos mais avançados, é a própria universidade que se transforma em marca (Santos, 2005, p.65).

Do ponto de vista quantitativo, algumas informações foram levantadas. Na década transcorrida de 1997 até 2007, o setor de educação no país foi marcado por um crescimento de 394%, numa média de 17,30% a.a., seguido de um crescimento mais moderado a partir de 2008 (Consultoria HOPE - 2009).

Das 2.368 Instituições de Ensino Superior registradas no Brasil em 2014, 87,4% são privadas e 12,5% são públicas, contudo a maioria das universidades é pública (56,9%). Em 10

anos, entre 2003 e 2014, a matrícula aumentou 96,5% e as IES privadas têm uma participação de 74,9% (5.867.011) no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participa com 25,1% (1.961.002).

Como parte do crescimento, aliado ao aumento de faculdades, destaca-se também a proliferação de cursos. Pode-se constatar a multiplicação do número de matrículas no nível superior, especialmente nas instituições privadas, onde se registra a proliferação dos cursos de tecnólogo, seguido do bacharelado e da licenciatura. Logo, o crescimento das IES e de cursos estimulou o aumento da competição entre elas, o que teve como reflexo o fato de muitas instituições entrarem em processo de insolvência, com consequentes movimentos de fusões e aquisições.

Paralelamente, há outro processo, que passa a ser aplicado também às IES, que é o de abertura de capital, o qual tem como objetivo o levantamento de recursos financeiros para aquisição de outras instituições (Paiva et al., 2014).

Para além dos dados quantitativos, há também informações qualitativas. Na última década, alguns pesquisadores apresentaram estudos sobre a educação superior privada no Brasil, abrangendo aspectos como competitividade; crescimento; mercado; expansão; fatores macroambientais e empresariais; pesquisa e inovação; avaliação institucional; políticas de educação.

Em 2014, Paiva, Costa, Gonçalves e Barbosa realizaram uma pesquisa com sete Instituições de Ensino Superior no Brasil com o objetivo de identificar os fatores influenciadores da competitividade no desempenho destas empresas. A Instituição de Ensino Superior Privada foi identificada então, claramente, como um produto numa arena competitiva.

Considerando um mercado de educação que movimenta mais de R\$ 29,8 bilhões anualmente, a análise de fatores que influenciam essa competitividade e o entendimento da cultura organizacional são fundamentais para as IES tomarem decisões de natureza mercadológica estratégica, num mercado que se tornou altamente competitivo (Hoper Educação, 2012).

### **A cultura da organização do trabalho**

Realizar uma análise da cultura de uma organização não é algo trivial. Autores como Geertz (2015/1973) e Serva (1995) possibilitaram o entendimento de que a antropologia e seu método etnográfico, base da proposta de uma antropologia organizacional e da utilização do método da observação participante, é o que permite uma interpretação da cultura de forma mais densa, meticulosa e profunda. Max Weber abriu um caminho para a compreensão da cultura organizacional estabelecendo a premissa de que seus modelos podem ser explicados pela predominância do uso de racionalidades específicas. De acordo com essa perspectiva, a cultura é considerada como uma formação social, ou seja, um sistema particular de meios e mecanismos que tem um fim determinado – solucionar os problemas existenciais dos indivíduos de forma colaborativa. A partir dessa perspectiva teórica, isolamos um elemento presente na cultura das organizações, que nos permite explicá-la por meio de sua racionalidade, classificando-a como formal-instrumental ou substantiva.

Essa compreensão da racionalidade como função e não como substância é muito importante, uma vez que a diferenciação da racionalidade em dois tipos específicos é determinada exatamente por um objetivo ou uma expectativa, o que define como as organizações se estruturam, estabelecem processos e funcionam, ou seja, pode-se dizer que a racionalidade estabelece um tipo de cultura organizacional. Segundo Ramos, leitor de Weber, “a racionalização é a transformação da comunidade em sociedade, isto é, da organização

social fundada na santidade da tradição e nos sentimentos humanos em uma organização social fundada na calculabilidade dos atos e na objetividade racional” (Ramos, 2006, p.272).

Weber faz uma diferenciação entre racionalidade formal ou instrumental e racionalidade substantiva. Se a primeira é determinada pela expectativa de resultado, a segunda independe da expectativa de sucesso imediato. Ramos, calcado nas ideias de Weber, sustenta que a primeira “é determinada por uma expectativa de resultados ou ‘fins calculados’”, e a segunda “é determinada ‘independentemente de suas expectativas de sucesso’ e não caracteriza nenhuma ação humana interessada na consecução de um resultado ulterior a ela” (por RAMOS, 1989/1981, p. 5).

Serva (1997) descreveu com acuidade os elementos constitutivos da ação racional substantiva e da ação racional instrumental:

Figura 1: Tabela comparativa da Ação Racional Substantiva e da Ação Racional Instrumental

<b>AÇÃO RACIONAL SUBSTANTIVA</b>	<b>AÇÃO RACIONAL INSTRUMENTAL</b>
a) autorrealização – processos de concretização do potencial inato do indivíduo, complementados pela satisfação; b) entendimento – ações pelas quais se estabelecem acordos e consensos racionais, mediadas pela comunicação livre, e que coordenam atividades comuns sob a égide da responsabilidade e satisfação sociais; c) julgamento ético – deliberação baseada em juízos de valor (bom, mau, verdadeiro, falso, certo, errado etc.), que se processa através do debate racional sobre as pretensões de validade emitidas pelos indivíduos nas interações; d) autenticidade – integridade, honestidade e franqueza dos indivíduos nas interações; e) valores emancipatórios – aqui se destacam os valores de mudança e aperfeiçoamento do social nas direções do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito à individualidade, da liberdade e do comprometimento, presentes nos indivíduos e no contexto normativo do grupo; f) autonomia – condição plena dos indivíduos para poderem agir e se expressar livremente nas interações.	a) cálculo – projeção utilitária das consequências dos atos humanos; b) fins – metas de natureza técnica, econômica ou política (aumento de poder); c) maximização dos recursos – busca da eficiência e da eficácia máximas, sem questionamento ético, no tratamento de recursos disponíveis, quer sejam humanos, materiais, financeiros, técnicos, energéticos ou, ainda, de tempo; d) êxito, resultados – o alcance, em si mesmo, de padrões, níveis, estágios, situações, que são considerados como vitoriosos em face de processos competitivos numa sociedade capitalista; e) desempenho – <i>performance</i> individual elevada na realização de atividades, centrada na utilidade; f) utilidade – dimensão econômica considerada na base das interações como um valor generalizado; g) rentabilidade – medida de retorno econômico dos êxitos e dos resultados esperados; h) estratégia interpessoal – aqui entendida como influência planejada sobre outrem, a partir da antecipação das suas reações prováveis a determinados estímulos e ações, visando atingir seus pontos fracos.

Observa-se na figura acima uma série de diferenças importantes que nos permitem responder sobre a situação da universidade privada no Brasil e seu mal-estar atual. Vejamos: desde sua criação na Idade Média até meados do século XX, a universidade era regida sob o paradigma institucional, no qual o conhecimento era integral, independente, desenvolvido,

transmitido e apreendido. Fazendo uma correlação possível, dentro dos limites desta investigação teórica, identificaram-se, na descrição desse sistema social, valores característicos de uma cultura de organização que opera segundo a lógica da racionalidade substantiva, de acordo com os elementos descritos no quadro acima, que eram preponderante e seriamente considerados.

Por outro lado, na universidade brasileira no mundo contemporâneo, há o registro de estratégias – tais como o desinvestimento do governo em relação à universidade pública; globalização mercantil; criação de um mercado de ensino superior; e a transformação da universidade em instituição formadora de mão de obra para objeto do mercado competitivo –, que levam a uma revisão do paradigma institucional e político-pedagógico das universidades e à sua substituição pelo paradigma empresarial.

Dessa forma, a universidade que, no passado, tinha como fim o desenvolvimento desinteressado do saber, passou a ser uma organização de consumo e, por esta razão, é avaliada como uma organização de produção do conhecimento em massa, configurando-se como um ativo de mercado, com ações cotadas na Bolsa de Valores, cujo valor varia em função da sua produtividade e do seu desempenho.

Com relação à cultura dessa organização de trabalho no mundo contemporâneo, pode-se concluir que, da forma como estão dispostos os conceitos na tabela acima e a partir da análise dos seus valores, na universidade privada no Brasil, há a predominância de uma lógica da racionalidade instrumental, que se inverte a prevalência da racionalidade substantiva outrora predominante como elemento da origem dessa instituição.

### Sentidos do Trabalho, Psicanálise e Laço Social



satisfação, a motivação e a produtividade deles (Morin, 2001, p.9).

É relevante citar Andrade, et al. (2012, p.205) que, em suas investigações sobre os sentidos do trabalho, sugerem “alguns traços semelhantes aos elementos constitutivos da racionalidade instrumental e substantiva” e estruturam uma tabela “com a finalidade de sugerir uma relação entre os elementos que caracterizam os sentidos instrumentais e substantivos atribuídos ao trabalho”.

Figura 2: Tipos de Sentidos do Trabalho sob a Perspectiva da Racionalidade (Andrade et al. 2012, p. 212).

Sentido Instrumental do Trabalho	Sentido Substantivo do trabalho
Garante a sobrevivência	Possibilita autonomia

Permite retorno financeiro	Permite o desenvolvimento de relacionamentos satisfatórios
Possibilita segurança financeira	Possibilita satisfação pessoal e autorrealização
Possibilita independência financeira	Possibilita aprendizagem e desenvolvimento
É útil para a empresa	Possibilita sentimento de vinculação
Possibilita reconhecimento material e financeiro	Possibilita reconhecimento simbólico
	Contribui para a sociedade

A partir do operador conceitual genérico, originado do mito psicanalítico da horda primitiva – mito da fundação da cultura, das sociedades e da religião – foi possível pensar a organização do trabalho em torno de uma lei estrutural que lhe traz garantias e mal-estar. Estes, paradoxalmente, pelo excesso ou pela renúncia de gozo, colocam em risco exatamente aquilo que a cultura e, conseqüentemente, a organização visam preservar. Conclui-se que é importante identificar objetos sagrados, tabus, crenças, comportamentos proibidos ou figuras idealizadas que regulam as pulsões circulantes e podem informar-nos acerca da dinâmica em que a organização opera.

Numa organização em que o elemento racionalidade instrumental prevalece, o sentido que o homem dá ao trabalho restringe-se à estabilidade financeira. Dessa forma, a sobrevivência e o reconhecimento material estão acima dos relacionamentos interpessoais e de uma relação de trabalho satisfatória.

Assim sendo, ficou claro nas pesquisas o impacto que o sentido do trabalho instrumental acarreta para os relacionamentos em função do menor valor que estes têm para o grupo. Como consequência, há maior dificuldade de estabelecimento de laços sociais, que é uma condição fundamental para o homem ser mais efetivo no planejamento, no trabalho em equipe, na solução de problemas, na inovação, entre outras ações, nas quais a contribuição de todos impacta qualitativamente o resultado final.

Uma análise do sistema econômico capitalista, soberano na sociedade ocidental, indica que as organizações subordinadas a este sistema deveriam operar, sobretudo, segundo a lógica da racionalidade instrumental. Isto porque os valores e a forma de operar do sistema estão alinhados com os elementos da cultura de racionalidade instrumental. O sistema capitalista, ao colocar o mercado à frente diante do valor das coisas como meio de troca, inverte o valor dominante na cultura racional substantiva, que entende o valor de uso como fim e o valor de troca como meio.

Na cultura de lógica racional substantiva, é desenvolvido o sentido substantivo do trabalho, que estimula o investimento libidinal das pessoas e faz estabelecer os laços sociais. As pessoas valorizam a autonomia, o desenvolvimento de relacionamentos satisfatórios, a autorrealização, a satisfação pessoal, a aprendizagem, o sentimento de vinculação e a contribuição social, não se submetendo a outro tipo de cultura.

Segundo Freud (1980/1930), ao contrário do que se costuma pensar, o homem não possui uma inclinação natural para o trabalho. De acordo com a teoria psicanalítica, a atividade profissional, o trabalho, constitui fonte de satisfação especial, de prazer na realização da tarefa se, e somente se, for uma atividade livremente escolhida, se tornar possível o uso de inclinações já existentes, de pulsões persistentes, através do mecanismo psíquico privilegiado da sublimação. Sublimar, isto é, desviar a satisfação pulsional para o trabalho e, em consequência, para os relacionamentos interpessoais oriundos desta atividade, faz com que o sujeito esteja a serviço de um bem maior, a cultura, e preponderantemente, no caso das organizações de trabalho, da cultura de natureza racional substantiva. É possível dizer, portanto, que também existem no sistema capitalista organizações que operam de forma



marcante a partir da lógica substantiva; nelas, os profissionais dão um sentido substantivo ao trabalho, sendo este sublimado, fonte especial de prazer, e a valorização dos laços sociais é colocada acima do capital.

Em meio a um período de extrema turbulência no campo universitário francês, Jacques Lacan (1992/1969) relê a teoria freudiana e avança com ela, desenvolvendo uma nova ferramenta psicanalítica para o entendimento do laço social: o discurso. Através dessa elaboração conceitual, é possível reforçar que a cultura de racionalidade instrumental não favorece a formação de laços sociais.

No discurso capitalista, encontra-se o mesmo elemento presente no sentido do trabalho instrumental, isto é, a dificuldade em fazer laço social. Isto porque esse discurso, ao contrário dos demais, não favorece a criação de laços, na medida em que o que prevalece é a verdade do capital e o poder de controlar o gozo do consumidor, fazendo-o consumir cada vez mais, descontroladamente, à semelhança da mais-valia capitalista. Constata-se, assim, que o laço social é extremamente frágil, já que o consumidor não abre mão do seu gozo em favor do bem-estar social, pelo contrário, potencializa-o.

Pode-se dizer que o discurso capitalista é aquele que reina na maioria das universidades privadas no Brasil na atualidade. Produtoras de cursos e alternativas tecnológicas de ensino, as universidades buscam o maior consumo possível dos alunos, que muitas vezes não têm nem mesmo orientação de como devem desenvolver os seus estudos e carreira para ocuparem o lugar prometido no mercado de trabalho. O crescimento das universidades privadas e do número de cursos, sobretudo os tecnológicos, que têm menor duração e estimulam o acesso e o crescimento do EaD e a quantidade de pós-graduações, como, por exemplo, os MBAs, ratificam o estímulo a este consumismo.

### **O Mal-estar e o Impacto da Cultura no Trabalho Docente**

A grande contribuição de Freud, em *O Mal-Estar na Civilização* (1980/1930), diz respeito à observação de que o mal-estar é inerente ao homem na medida do efeito da renúncia pulsional e do excesso de gozo que, paradoxalmente, a própria civilização impõe ao sujeito. Logo, a causa do mal-estar tem uma dupla face – renúncia e excesso. No texto freudiano, o mal-estar se apresenta contido em quatro formas de relacionamentos: governar, educar, analisar e fazer desejar. Formas que foram, por sua vez, desenvolvidas por Lacan como quatro discursos que, fundados numa rede de significantes, se movem e se articulam na busca do gozo, produzindo uma linguagem específica, estabelecendo, os quatro tipos possíveis de laço social entre os sujeitos: o discurso do mestre, do universitário, do analista e da histórica, respectivamente, sendo o discurso capitalista uma derivação do primeiro.

Os homens constroem regulamentos que não os beneficiam nem os protegem, o que leva à conclusão de que a construção carrega em si o desígnio da constituição psíquica dos construtores: o paradoxo. Diante dele, constroem-se outros mecanismos de proteção e sintomas que anunciam uma inexorável inversão de valores e a declaração da sentença “O homem é o lobo do homem” (FREUD, 1980/1930, p.133). A rigor, a civilização teria então o papel de controle da natureza, do corpo, da beleza, da limpeza e da ordem, uma compulsão a ser repetida e que melhor capacitaria para a utilização do espaço e do tempo.

Deveríamos ter o direito de esperar que ela houvesse ocupado seu lugar nas atividades humanas desde o início e sem dificuldade, e podemos ficar admirados que isso não tenha acontecido, de que, pelo contrário, os seres humanos revelem uma tendência inata para o descuido, a irregularidade e a irresponsabilidade em seu trabalho, e de que seja necessário um laborioso treinamento para que aprendam a seguir o exemplo de seus modelos celestes (Freud, 1980/1930, p.114).

Ledo engano, a civilização não tem cumprido o seu papel. Por quê? Quando analisada nesta perspectiva, é percebida como a responsável pela desgraça do homem e o retorno às condições primitivas seria fonte de maior felicidade. Por mais paradoxal que pareça, a civilização emerge com o objetivo de regular os relacionamentos sociais – relembra-se o mito da horda primeva – e pela substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade, que teria sucumbido sem a renúncia pulsional da agressividade em função da ameaça que representa aos laços sociais e à sociedade.

A estrutura lógica do conceito psicanalítico de mal-estar permite-nos constatar que a universidade privada no Brasil contemporâneo é uma organização do trabalho, cuja cultura leva ao desenvolvimento de um sentido de trabalho instrumental, impactando sobremaneira o objetivo do trabalho docente. Se o professor, em sua subjetividade, não pode prescindir da construção de laços sociais para mediar o acesso do aluno ao conhecimento e à aprendizagem, uma vez que tal acesso necessita de transferência atuante e circulante e da sublimação, então a cultura da universidade privada no Brasil faz do ato de ensinar mero instrumento do discurso capitalista.

Quando a objetivação no trabalho docente é levada ao extremo, há uma proletarização do trabalho e uma transferência do processo de produção capitalista para a educação. Nesta senda, o que foi demonstrado é que o sistema capitalista e desqualifica o trabalho docente, proletarizando-o, em detrimento do movimento que promove o docente à categoria de profissional, entendida como garantia do estatuto profissional, ao considerar-se autorregularão, competência específica, rendimentos, licença para atuação, benefícios, independência e garantia ao docente de soberania sobre o saber. Sendo assim, a profissionalização seria uma estratégia defensiva contra tamanha proletarização ou dissociações entre significação e significado, que retira o docente do controle do processo, alienando-o (Basso, 1998).

Trazendo a questão do mal-estar para o objeto estudado, a renúncia ao prazer por parte do docente no processo de aprendizagem e produção do conhecimento pode ser a causa do mal-estar na cultura racional instrumental da universidade. Isso coloca em risco o sentido de um trabalho docente que é baseado na dúvida, no esforço, na pesquisa para a construção de um saber voltado ao *porvir* e que não combina com a necessidade permanente de preencher todos os espaços e os tempos vazios com prazer, diversão, superficialidade e imediatismo, espaços e tempos estes que deveriam ser destinados à reflexão, à elaboração e à introjeção do saber (Saroldi, 2011)

Apesar de toda a crítica à subordinação da educação ao desenvolvimento econômico e ao sistema capitalista, que faz o processo educativo concorrer para o aumento da produtividade e da mais-valia, o desenvolvimento tecnológico e a consequente conectividade global submetem a educação ao inexorável imperativo e benefícios da globalização, que tem como lema e objetivo a educação para a empregabilidade e a equidade social, algo que efetivamente atende às necessidades deste novo tempo.

Acredita-se que uma ética das relações em sociedade possa ser uma alternativa para o resgate dos laços sociais e a construção de uma nova significação e sentido para o trabalho e para o estudo, especialmente o trabalho docente, e que possa transformar, como uma nova proposta da pós-modernidade, a cultura da universidade de modo a ser menos individualista e mais colaborativa e inclusiva. Ao olhar o horizonte, ainda não é possível vislumbrar essa nova cultura no escopo do presente trabalho. Nesse sentido, a ética será uma estratégia de combate à destruição de valores considerados essenciais à cultura da universidade. Ela deve primar e mobilizar uma reflexão de seus dirigentes e de seu corpo docente.

## Referências

- Andrade, S. P. (2012). Sentidos do trabalho e racionalidades instrumental e substantiva: interfaces entre a administração e a psicologia. Rio de Janeiro, RAC, v. 16, n. 2, art. 2, p. 200-216.
- Basso, S. (1998). Significado e sentido do trabalho docente. *Cad. CEDES* [on-line], v.19, n. 44, p. 19-32.
- Durham, E. (2003). *O ensino superior no Brasil: público e privado*. USP/Nupes, (Documento de Trabalho, 03/03).
- Durham, E. (1998). O ensino superior na América Latina: tradições e tendências. *Novos Estudos. Cebrap*, n. 51, p. 91-105.
- Freud, S. (1980). A dinâmica da transferência. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. v. XII. (Original publicado em 1912).
- Freud, S. (1980). Totem e Tabu. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. Rio de Janeiro: Imago. v. XIII. (Original publicado em 1913).
- Freud, S. (1980). Psicologia de grupo e análise do ego. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. Rio de Janeiro: Imago. v. XVIII. (Original publicado em 1921).
- Freud, S. (1980). O Mal-Estar na Civilização. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. Rio de Janeiro: Imago. v. XXI. (Original publicado em 1930).
- Geertz, C. (2015). *A Interpretação das Culturas. 1. ed.* Rio de Janeiro: LTC. (Original publicado em 1973).
- Hoper educação. (2014). Análise Setorial do Ensino Superior Privado – Brasil. *Revista Linha Direta*.
- Lacan, J. (1985). *O Seminário: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. 2. ed.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1973)
- Lacan, J. (1992). *O Seminário: livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1969)
- Morin, E. et al. (2007). O trabalho e seus sentidos. *Psicologia & Sociedade, ed. especial 1*, v. 19, p. 47-56.
- Morin, E. (2001). Os sentidos do trabalho. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 41, n. 3.
- Oliveira, D. (2004). A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144.
- Oliveira, T. (2007) Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 113-129.
- Paiva, R. V. et al. (2014). Influência dos fatores macroambientais na educação superior privada brasileira: um estudo multicaso em sete instituições de ensino superior. *Desenvolve: revista de gestão do Unilasalle*, Canoas, v. 3, n. 2.
- Paiva, R. V. et al. (2014). Fatores influenciadores da competitividade na educação superior privada brasileira. *Revista Global Manager* v. 14, n. 1, p. 19-39, 2014.
- Paiva, R. V. et al. (2014). Fatores empresariais das categorias da firma: um estudo na rede privada da educação superior brasileira. *Gestão Contemporânea*, Porto Alegre, n. 15, jan./jun. 2014.
- Ramos, A. (2006). A sociologia de Max Weber. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 57, n. 2, p. 267-282.
- Ramos, A. (2008). *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho*. Brasília: Conselho Federal de Administração.

- Ramos, A. (1981). *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas (Original publicado em 1981).
- Santos, B. (2005) *A Universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez (Original publicado em 2004)
- Santos, B. (1989). Da ideia de Universidade à Universidade de ideias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 27/28.
- Saroldi, N. (2011). *O Mal-Estar na Civilização: as obrigações do desejo na era da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Saviani, D. (2006). Breves Considerações sobre Fontes para a História da Educação. *Revista HISTEDBR* [on-line], Campinas, ed. especial, p. 28-35.
- Saviani, D. (2005). *As concepções pedagógicas na história da educação brasileira*. [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_036.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html). Acesso em: maio de 2009.
- Serva, M. (1997). A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 18-30.
- Serva, M. (1993). O fenômeno das organizações substantivas. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, n. 33(2), p. 36-43.
- Serva, M. (1995). Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n.1, p. 64-79, maio/jun. 1995.

**Citação/Citation:** Ribeiro, R. e Fuks, B.B. (2017) A cultura da universidade privada e seu mal-estar: um estudo interdisciplinar, psicanálise, educação e administração. *Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano IX, Ed.1), p. 91-102.

**Recebido em: 25/01/2017**  
**Aprovado em: 10/04/2017**